

A CIDADE DE COIMBRA E O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ NO SÉCULO XII: REFLEXÕES SOBRE O PRIORADO DE D. TEOTÔNIO

Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira¹

Resumo: Nossa proposta tem por objetivo compreender os eventos que cercaram o processo fundacional do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na primeira metade do século XII, bem como o exercício do primeiro priorado por D. Teotônio. Tomando por base a vasta contribuição historiográfica, bem como os dados que nos traz a documentação, buscamos promover articulações que nos ajudem a refletir, de forma mais analítica, a partir das conexões possíveis de serem feitas entre os casos particulares e o que com eles mantém vínculo na questão mais geral; suas relações e interesses envolvidos.

Prólogo

O curto espaço do qual dispomos para dar conta de um universo tão vasto e demasiado complexo de informações, cujas possibilidades interpretativas se multiplicam a níveis que fogem a um exercício racional mais imediato, limitam nossa abordagem, nos fazendo priorizar determinados caminhos em detrimento de outros. Lacunas que ora possam aparecer são inevitáveis, uma vez que fazer escolhas para um estudo mais analítico, ao mesmo tempo em que nos aproximam de um leque possível de informações, dado o interesse que nos nutre, também tem por ônus o afastamento em relação a outras, deixando em aberto questões que de igual forma poderiam se tornar relevantes à pesquisa. Nesse sentido, o que vai a seguir acerca do contexto² é o produto de uma prévia seleção de dados feita por nós, sendo destacados o que, em nosso ver, melhor dão conta de tecer a malha que compõe o universo no qual nosso objeto está inserido.

A cidade de Coimbra

A cidade de Coimbra, reconquistada dos muçulmanos em 1064,³ por Fernando I, o Magno (1037-1065), rei de Leão, dado o enfraquecimento político-militar muçulmano de

¹ Doutorando e Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ, integrante do Programa de Estudos Medievais (PEM/UFRJ).

² O contexto para nós não é pensado como algo efetivamente dado, que existe de forma autônoma e inquestionável, mas sim é o resultado associado entre o objeto que alimenta a pesquisa e a significação concedida pelo pesquisador a determinados fatores, informações, “evidências”, a partir de uma seleção prévia, compondo assim uma lógica maior e interligada de organização. Nesta, o objeto em estudo é conectado, sendo dela indissociável e tendo seus efeitos intrínsecos ao vínculo construído pelo próprio pesquisador.

³ Cf. MATTOSO, José. *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992.p.558.

al-Andaluz,⁴ segundo a historiografia, ela teria se convertido em província referencial para os posteriores avanços levados a cabo pelos interesses monárquicos nortenhos. Segundo José Mattoso,

Só a partir de então a fronteira se deslocou de maneira decisiva para além do vale do Douro e se iniciaram expedições de grande envergadura com o propósito de ocupar definitivamente as principais cidades do território andaluz e os seus respectivos alfozes.⁵

Dentre as principais cidades localizadas no ocidente ibérico, a importância de Coimbra, conforme destaca os estudiosos, é evidenciada nos mais diversos aspectos. Mattoso, por exemplo, em relação às suas dimensões, menciona que,

O Porto, “cidade minúscula”, não chegaria a ocupar, por meados do século XII, 4 hectares; Braga mantinha ainda o perímetro da época romana, mas os seus pouco mais de 15 hectares não estavam densamente ocupados. Coimbra, porém, dispunha de uma muralha construída durante a época árabe que englobava uma área de 22 hectares, a mais extensa de todo o território. Para se avaliar estes dados quantitativos, basta dizer que Lisboa ocupava, também dentro das suas muralhas, por altura da conquista, uma área de 15, 68 hectares, Silves, 15 hectares, e Évora, 16 hectares. Todas as outras cidades, quer do território cristão, quer do muçulmano, abrangiam superfícies muito menores.⁶

Tal condição, dentre outros fatores, são aspectos que nos permitem ter uma noção da relevância de Coimbra se comparada às demais cidades que de igual forma integravam, no ocidente peninsular, o conjunto das urbes já sob alçada das monarquias nortenhos.

⁴ A tendência historiográfica de identificar a fragmentação política muçulmana como resultado da morte de al-Mansur, em 1002, mascara dissidências internas que, mesmo antes, já fragilizavam qualquer sentido de uniformidade pré-concebida. A título de exemplo, poderíamos mencionar as revoltas de ‘Abn al-Rahman b. Marwan b. Yunus, de Marida, no século IX, contra o emir de Córdoba Muhammad I, ou, já sob os reinos *taifas*, as conquistas de Abu ‘Amr ‘Abbad b. Muhammad sobre Martula (1044), Walba (1052), Santa Mariya (1052) e Silb (1103), também governadas por muçulmanos. Tais exemplos desvelam posturas divergentes na organização interna dos reinos, dando mostra das tendências centrífugas entre os interesses políticos dos governantes. Cf. MARQUES, Oliveira A. H. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1974.p.51-55. É inegável que o califado de Córdoba tenha tido um caráter preponderante, fundamentalmente se considerarmos, por exemplo, o período de ‘Abd al-Rahman III (912-961). No entanto, tal significância não teria ofuscado os interesses provenientes das governanças locais relativamente autônomas, as *kuwar*. Ainda que o *wali* (governante local) fosse escolhido somente em Córdoba, o que por si só demonstra um dos artifícios centralizadores desenvolvidos pelo califado e também de relevância de Córdoba, a liberdade administrativa gozada pelo *wali* eleito, ainda mais se as *kuwar* se localizassem na fronteira, era quase que garantida. Após a morte de ‘Abd al-Rahman III, em 961, e de seu sucessor, al-Hakam II (961-976), a inabilidade político-administrativa dos que os seguiram, de Hisham II, através do vizir al-Mansur (entre 981 e 1002), e de ‘Abd al-Malik (1002-1008), acabou por deflagrar a crise do califado e, por conseguinte, agravar as dificuldades em manter sobre si a tutela sobre os demais governantes. Ruía assim, o período de apogeu do califado em al-Andaluz. Cf. FLETCHER, Richard. *Em busca de El Cid*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 36-41. (Figura 3.)

⁵ MATTOSO, José. *História de Portugal...Op. Cit.*,p.476.

⁶ MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.p.105.

A migração populacional vinda do norte, fundamentalmente após a conquista de Fernando I, contribuíra ainda mais para o crescimento da cidade, sendo o desenvolvimento de bairros periféricos, como a mouraria, a judiaria e os posteriores bairros franceses, um dos resultados melhor identificados.⁷ Por mais que a marca cristã se fizesse presente em maioria na cidade, e sobre ela os mais diversos grupos que a compunha, eles ainda mantinha relações muito próximas com a influência árabe. “[...] na região continuavam activos alguns antigos cenóbios como os mosteiros de Lorvão e de Vacariça, com fortes ligações a Córdova e a outros importantes centros do Sul e Leste peninsulares”.⁸ (Figura 5).

Ao passo que, por um lado, a cadeia de eventos verificada na segunda metade do século XI teria beneficiado tanto a cultura moçárabe, quanto a liturgia visigótica por ela conservada, por outro, ela também teria trazido os entraves mais sérios à manutenção dessa influência cultural na Península Ibérica, sendo o rito religioso um dos alvos principais.

A necessidade de substituir o ofício hispano-visigótico na Península, estabelecido no Mondego, em favor dos preceitos romano-elesiásticos, teria feito com que uma série de mudanças fosse promovida, trazendo aos discursos diocesanos os valores que se buscava instituir. Sob as orientações da monarquia castelhano-leonesas, relativamente associada aos interesses da Sé episcopal, a restauração tanto de cidades quanto de bispados teriam por intento, dentre outros fatores, fomentar o discurso românico no território ibérico.

Diferente do que teria se sucedido com o clero das cidades nortenhas, cujas transformações se fizeram provavelmente com menos resistência, sendo os senhores locais, em parte dos casos, os principais beneficiários e promotores de tais adequações, o intento reformador levado mais ao sul da Península teria sua ação menos efetiva. Isto, dado a característica de organização das cidades e o apadrinhamento e interesses nutridos

⁷ Cf. MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques...* Op. Cit., p.105. Leontina Ventura nos permite ter uma ideia da organização espacial da cidade em um estudo sobre a instalação em Coimbra dos *fideles* que teriam acompanhado D. Sesnando. Ver: VENTURA, Leontina. As Cortes ou a instalação em Coimbra dos fideles de D. Sesnando. In: Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques, Porto, 4 V. V. 3, p.37-52, 2006b.

⁸ MARTINS, Armando Alberto. A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa. Disponível em: <http://bibliotecas.cm-porto.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1439595FND273.1158200&profile=bmp&uri=link=3100018~!20559~!3100024~!3100022&aspect=subtab13&menu=search&ri=1&source=~!horizon&term=Martins%2C+Armando+Alberto%2C+1946-&index=AUTHOR>. p.41. Acesso em: 22 Nov. 2016.

pelas grandes famílias se fazer em menos intensidade. A maioria delas, possivelmente, preocupadas com questões de caráter mais local, as quais não necessariamente se alicerçavam ou viam algum benefício considerável com a proposta reformadora.

Crescônio (1092-1098), por exemplo, adepto das diretrizes romano-eclesiásticas, teria tentado efetivar tal vertente no bispado de Coimbra. Todavia, a dinâmica cultural da cidade, ainda fortemente arraigada em valores locais, teria exercido resistência, não facilitando sua implantação.

É razoável crer que Teotônio, quando jovem,⁹ ao acompanhar seu tio, Crescônio, à Coimbra, conforme apresenta a narrativa de sua vida,¹⁰ tenha tido algum nível de contato com a conturbada paisagem apresentada pela cidade no período (1092). Ao se transferir para lá, dando continuidade aos estudos iniciados em uma escola paroquial em São Bartolomeu de Tui, hipótese levantada por Aires A. do Nascimento,¹¹ ele pode ter presenciando as convulsões geradas pela tentativa de implantação do discurso clero-românico, sendo seu tio um dos principais promotores.

Na esteira das ações interventoras de D. Henrique e da influência franca na Península, por exemplo, em substituição a Mendo Baldemires, que teria governado Coimbra entre 1086 e 1101, como um dos remanescentes moçárabes integrantes do círculo de *fideles* de D. Sesnando,¹² portanto, mantenedor das orientações políticas e culturais de caráter local, o Conde teria confiado a administração da cidade aos francos: Artaldo, Rabaldo e Ebraldo.¹³ De igual forma, o sucessor de Crescônio no bispado de Coimbra, após sua morte, teria sido Maurício Burdino (1099-1108), cuja origem possível seria o mosteiro franco de St. Martial de Limoges.¹⁴

⁹ Nascimento defende que, no momento em que Crescônio viera transferido para o bispado de Coimbra, Teotônio teria por volta de 10 anos de idade. Cf. VIDA do beatíssimo D. Teotônio, primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. In: NASCIMENTO, Aires A. do (ed.). Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotônio, Vida de Martinho de Soure. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p.138-222.p.212. (Nota 11)

¹⁰ “*Deinde interualllo temporis exacto, cum iam inter pueritiam adolescentiamque medius esset, cum auunculo suo Colimbriensi episcopo domno Cresconio, qui magister eius fuit [...].*” VIDA do beatíssimo... Op. Cit.,p.142.

¹¹ Cf. VIDA do beatíssimo... Op. Cit.,p.212. (Nota 11)

¹² ALARCÃO, Jorge. Coimbra: a montagem do cenário urbano. Coimbra: [s.n.], 2008.p.81.

¹³ PRADALIÉ, M. Gérard. Les faux de la Cathédrale et la crise à Coimbra au début du XIIe siècle. Disponível em: Acesso em: 21 Ago. 2015. p.89.

¹⁴ Cf. MATTOSO, José. Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII). In: _____. Portugal Medieval: novas interpretações. Lisboa: Imp. Nacional-Casa da Moeda, 1985.p.365-387. p.372. Conforme Morujão, “Maurício Burdino [...], one of the mainstays behind the successful implantation of the Gregorian reform in the diocese.” MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. The Coimbra

Em seu bispado, o papa Pascoal II, em 24 de março de 1101, teria redigido uma bula, *Apostolicae Sedis*, na qual retificava a subordinação das dioceses do interior.¹⁵ Com isso, ele reafirmava a hierarquia local entre os episcopados e garantia, conseqüentemente, o sentido a ser seguido pelo discurso românico.

Tais mudanças, associadas às iniciativas intentadas pelo bispo eleito, não teriam contado, assim como em diversos momentos destacamos, com um imobilismo por parte dos cidadãos. Entre 1109 e 1110, “[...] Coimbre est em révolte à la fois contre le comte Henri et contre son évêque.”¹⁶ Como resultado dessa sublevação, o Conde teria, em 1111, concedido à cidade um foral que garantia direitos e privilégios dos coimbrãos na administração da cidade, em detrimento dos francos que lá se estabeleciam.¹⁷

Gonçalo Pais (1109-1127), por sua vez, de origem ibérica, sucessor de Burdino, mantendo em seu discurso também as orientações reformadoras, teria promovido uma série de mudanças que igualmente causaram agitações.

[...] plus que l’annexion de Lorvão à la cathédrale, et autant que l’imposition du rite romain, c’est la volonté de Gonçalo de réorganiser le chapitre de Coimbre sur des bases nouvelles qui a provoqué le soulèvement du clergé local ou d’une partie de le clergé.¹⁸

Com tudo, há de se destacar que a persistência na atuação diocesana, embora não encontrasse um ambiente de aceitação plena das diretrizes românicas, progressivamente tendeu a atenuar os movimentos de oposição. Para tal, o papado também teria feito sua intervenção, dando mostra documental da permanência das tensões. Em uma bula de junho de 1116, direcionada ao clero local e opositores, Pascal II teria chamado a atenção para a mudança de comportamento e obediência aos preceitos disseminados pelo bispo coimbrão.¹⁹

See and its Chancery in Medieval times. E-journal of Portuguese history. Porto, v.4, n. 2, p.1-12, 2006.p.7. Para o bispado de Braga o conde D. Henrique teria escolhido o monge de Moissac, Geraldo. A opção em ocupar os cargos eclesiásticos com figuras oriundas dos francos, na hipótese de Erdmann, teria por fim o interesse em promover uma aproximação com Roma e restituir a autoridade de Braga como metrópole. Cf. ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa. Braga: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1996.p.14-15.

¹⁵ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal. In: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.). Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego (Sécs. XII a XX). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013. p.15-45.p.24.

¹⁶ PRADALIÉ, Gérard. Faux de la cathédrale... Op. Cit., p.91.

¹⁷ ALARCÃO, Jorge. Coimbra: a montagem... Op. Cit., p.82.

¹⁸ PRADALIÉ, Gérard. Faux de la cathédrale... Op. Cit.,p.93.

¹⁹ Cf. PRADALIÉ, Gérard. Faux de la cathédrale... Op. Cit.,p.94. “hortamur vos tanquam filios in Christo Karissimo ut mores vestros corrigatis [...] Episcopum vestrum tanquam patrem et magistrum ac dei

Ao que tudo indica, tanto as tentativas de enquadramento do clero local, quanto a de contenção da influência cultural moçárabe, em Coimbra, teriam perdurado pelas primeiras décadas do século XII. Em um primeiro momento, conforme pudemos notar, a monarquia castelhano-leonesa, teria buscado estabelecer as bases do discurso eclesiástico que adentrava a Península Ibérica, em níveis variados e de formas diversas, a partir da atuação tanto dos condes francos por ela confiados, quanto das figuras delegadas para ocupar os bispados locais. Apesar de em alguns momentos a ação do clero Ibérico, na mesma linha, ter de igual forma atuado em favor das mudanças no rito litúrgico da cidade, pelo menos até a primeira metade do século XII, o elemento franco, pelas alianças estabelecidas, apareceria como agente de primeira ordem para a regulação da conduta moral do clero e na ocupação de cargos relevantes.

Posteriormente, conforme perceberemos, o eixo teria deixado de se nortear a partir do elemento franco, percebido até as primeiras décadas do século XII, para buscar internamente, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, associado ao arcebispado de Braga,²⁰ as bases e o discurso necessário para promover as mudanças almeçadas ao Condado Portucalense.

Pensar uma Coimbra marcada pela multiplicidade sociocultural, cuja regulação administrativa, em seus mais diversos níveis, buscava-se estabelecer, ajuda-nos a compreender, em alguma medida, as ações promovidas pelas diversas instâncias governativas na cidade. O discurso eclesiástico, de esfera local, restaurado e alimentado pelas orientações que então nutriam os interesses vigentes, levavam aos cidadãos os valores entendidos como necessários à regulação de suas relações.

Nesse sentido, nossa escolha por realçar o que acreditamos ser o processo de transformação pelo qual teria passado o bispado da cidade, além da própria relação mantida por ele com os residentes locais, ajuda-nos a compreender, sob certos aspectos, o sentido próprio da fundação do mosteiro.

A fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e seu primeiro priorado

vicarium metuentes amante e amantes metuite.”. PRADALIÉ, Gérard. Faux de la cathédrale... Op. Cit.,p.92.

²⁰ O bispado de Braga teria sua autoridade de metropolitana reconhecida pelo concílio de Palência, reunido em 1099-1100, convocado pelo cardeal legado Ricardo de Marselha. Pascoal II, em 1101 e 1103, em duas etapas, confirmaria a condição alcançada por Braga. Cf. ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no princípio... Op. Cit.,p.15.

O ambiente que teria cercado a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bem como os agentes envolvidos e os interesses nutridos, em nossa opinião, jamais poderão ser observados com clareza. A vasta contribuição oriunda dos diversos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, elencando argumentos diversos, descrevem passos divergentes e enfatizam aspectos distintos.

Certos de que apresentar os fatores que teriam levado à fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra é uma ação impossível de ser executada,²¹ objetivamos aqui elencar e interconectar aspectos que, em nosso ver, poderiam ter influído sobre a constituição do Mosteiro, trabalhando em amplo diálogo com o que os estudiosos já apresentaram sobre o tema.

Optamos por trabalhar com questões que mais comumente a historiografia abordou, proporcionando a elas a devida reflexão e, na medida do possível, questionando os resultados amplamente aceitos pelos pesquisadores. Reunimos os elementos, previamente selecionados, que entendemos como significativos para pensar o processo pelo qual poderia ter passado a comunidade crúzia agostiniana em seu desenvolvimento inicial, com D. Telo e seus associados (1131), assim como os que teriam influído no período de sua afirmação, sob priorado de D. Teotônio (1132-1152/62).

Refletir sobre o processo fundacional do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bem como dos agentes envolvidos, ainda que com o suporte historiográfico, não é um exercício de simples execução, dado a escassez de fontes que dispomos para tal empreendimento. Percebemos que parcela considerável do que já foi escrito sobre a questão, pelos mais diversos pesquisadores, encontra seu fundamento no pouco que a documentação transmite, não tendo ela, muitas vezes, sofrido o devido questionamento. É, justamente, a partir do que pode ser encontrado em determinadas narrativas literárias, cujas raízes motivadoras ainda pouco sabemos, e sem que problematizações sejam feitas sobre as linhas narradas, que os autores desenvolvem seus conteúdos.

O relato que, em nosso conhecimento, de forma mais completa, dá conta de narrar os eventos relativos ao processo de fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e

²¹ Uma vez que entendemos que o acesso a este passado e seus motivos é uma prática não exequível, e por somente termos contato às evidências resignificadas.

sobre o qual a historiografia confere grande importância, está presente na *Vita Tellonis*, de Pedro Alfardo.²² De acordo com a *Vita*,

Foi assim que, no ano de 1131 da Encarnação do Senhor [...], o arcediogo Telo, agregando a si uma falange de homens de primeiro plano em número igual ao dos doze Apóstolos, começou a lançar os fundamentos do mosteiro de Santa Cruz nos arrabaldes de Coimbra.²³

A comunidade foi estabelecida extramuros da cidade, no lugar conhecido como “Banhos Régios”, próxima ao que fora a judiaria (Figura 8).²⁴ Conforme a narrativa, D. Telo, após alguma procura, teria conseguido o local de fundação a partir de uma troca feita por Afonso Henriques, em troca de uma sela de propriedade do clérigo.

Chegou, pois, o tempo de Deus decidir dar cumprimento ao voto formulado pelo presbítero. Comprara ele [D. Telo], casualmente, mas não sem intervenção de Deus, em Montpellier, uma sela, tal é o termo em língua vulgar, que era muito bem trabalhada e era mais que excelente para montar a cavalo. Certo dia, em que o arcediogo seguia montado numa mula pela porta de Coimbra e caminhava como habitualmente pela rua Régia aperceberam-se dela os cortesãos que notaram o seu bom recorte. Alguém de entre os conselheiros deteve a atenção na sua elegância e propôs ao Infante que pedisse ao arcediogo para lhe dar. Sem demora, satisfaz ele o pedido, sugerindo em troca a oferta dos Banhos Régios ao fundo da Judiaria.²⁵

²² Escrita por Pedro Alfardo, um cônego crúzio, cerca de 1155, portanto, duas décadas após a fundação da comunidade agostiniana, ocorrida em 1131. Ela apresenta, os acontecimentos que teriam cercado a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e os dados relativos ao seu primeiro priorado. O texto, de caráter institucional, pois relata diversas questões relacionadas ao mosteiro coimbrão, em meio à narrativa de vida de D. Telo. É possível perceber, por algumas passagens constantes na *Vita Tellonis*, o ímpeto que teria movido o autor em seu constructo narrativo. Se em algumas obras o apreço pessoal do hagiógrafo, em relação à figura homenageada, se evidencia como referencial ao que nela é descrito, em outras, a personagem que se pressupõe de destaque cede seu lugar de proeminência a interesses que, para o autor, são de maior relevância. A estrutura narrativa da *Vita* parece tornar perceptível que o enfoque maior do autor se estabelece, primordialmente, sobre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e, em segundo plano, daquele que, para ele, fora seu promotor fundacional. A linha sequencial seguida para descrever os eventos dá mostra do ponto central sobre o qual o autor concentra seus esforços. Assim, o caráter institucional parece ficar mais em relevo que o pessoal. Cf. NASCIMENTO, Aires Augusto do. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p.11.

²³ “*Ab incarnatione igitur Domini anno millesimo centesimo tricesimo primo [...], archidiaconus Tello, sibi adiuncta procerum iuxta apostolorum numerum duodenarium manu, monasterii Sancte Crucis in suburbio Colimbrie iacere adorsus est fundamentum.*” VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.54;56.

²⁴ “*Nec mora rogatus dat, subiciens subitus iudeos balneas regias munusculum pro precio.*” VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.60.

²⁵ “*Venit ergo tempus ut desideratum presbiteri uellet Deus adimplere uotum sanctumque propositum. Emerat forte non sine Deo apud Montem Pesulanum quandam quam uulgo sellam appellare solent, nimis pulcram, et equitandi usibus superque decentem. Que, dum die quadam sedens super mulam per Colimbrie portam archidiaconus solito uiam incedens regiam, ab aulicis uisa cerneretur pulcra, quidam de auriculariis illius uenustatem animo contemplan, rogabat infantem ut ab archidiacono sibi postularetur in dono. Nec mora rogatus dat, subiciens subitus iudeos balneas regias munusculum pro precio.*” VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.60.

Determinados pesquisadores, acreditamos que por falta de documentação que contradiga o antes apresentado, trabalham com a possibilidade de que tal evento ocorreu de fato. Para Nascimento, por exemplo, outras doações de Afonso Henriques teriam igualmente sido feitas nos mesmos moldes, ou seja, tendo como plano de fundo os interesses pessoais do Infante por “objecto de luxo”.²⁶ No entanto, também menciona que, no documento em que cede o supracitado território, ele o fizera “[...] *pro bono servitio quod michi fecistis et amore cordis mei quem erga vos habeo* [...]”.²⁷

Dado que em outras cartas de doação parte da passagem acima descrita também aparece²⁸ como espécie de fórmula literária, e que, no exemplo citado pelo próprio estudioso, como forma de corroborar a ideia defendida sobre o apreço do Infante, aparece descrito também o bem ao qual Afonso Henriques emprega valor, como é o caso, por exemplo, da Carta de couto a Paio Guterres (*cabalo, praetio e vaso de planta* (nota 27)), no fragmento em que faz a doação dos Banhos Régios, menção alguma é feita à sela. Assim, é razoável trabalhar com a hipótese de ela não ter sido um objeto de permuta e, mesmo se assim podemos dizer, de a passagem encontrada na *Vita Tellonis*, que descreve o processo de aquisição do local de fundação do Mosteiro, estar encerrada unicamente no círculo literário.

Baseado na narrativa hagiográfica, a historiografia traçou todo um panorama que teria cercado D. Telo em seu arrojado de fundar a Comunidade Regrante de Santo Agostinho. Tal intento, que durante algum tempo teria nutrido os ânimos do clérigo, surgira quando este ocupava cargo próximo ao bispado.²⁹ Destaca Nascimento, sem que fontes maiores sejam sinalizadas, que o projeto alimentado por D. Telo já estava presente quando ele empreendera a viagem, entre 1104 e 1108, à Jerusalém, em companhia de Maurício Burdino, então bispo de Coimbra.³⁰

²⁶ VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.133. (nota 38)

²⁷ Ibid., p.133. (nota 38)

²⁸ “*pro bono servitio... et etiam pro uno cabalo bono et pro uno pano de praetio et pro uno vaso de planta*”. Carta de couto feita a Paio Guterres da Silva. Cf. NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.133. (nota 38). “Ego Infans Ildefonsus Henrici filius placuit mihi *per bonam pacem ut facerem scriptum firmitudinis* [...]” Foral concedido à Seia em 1136. Cf. HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*. Lisboa: [s.n.], 1856.V.1.p.370.

²⁹ Cf. NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.20.

³⁰ Cf. Ibid., p.20. A narrativa não nos permite diretamente tirar tais conclusões, parecendo-nos que a obra indica, justamente, que tal intento teria surgido a partir da experiência vivida na peregrinação. “Porém, não podendo suportar mais em silêncio a paixão em que ardia, pôs-se com diligência a indagar dos fundadores mais recuados deste género de vida. [...] Então, transbordante de extrema alegria, entregou-se a examinar a organização, a saber, as funções dos superiores, para ver como e com que assiduidade asseguravam protecção às almas dos súbditos [...]”. Cf. NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op.

Com a transferência de Burdino para o arcebispado de Braga, em 1109, assumiu o episcopado D. Gonçalo Pais, que, por sua vez, teria nomeado D. Telo “corepíscopo”.³¹ Durante o período em que conviveu com o bispo coimbrão, D. Telo teria nutrido a vontade fundacional que até então almejava para a *ecclesia*.³² Ela teria encontrado certo incentivo na debilidade verificada na atuação do próprio bispado frente a um cabido relutante, ainda fortemente influenciado pela cultura moçárabe. O aumento do número de cônegos ou de suas prebendas, política efetuada por D. Gonçalo, não teria surtido transformações efetivas. Havia a necessidade de mudanças em instâncias muito maiores que as tentadas.³³ Nesse sentido, a partir das tensões presenciadas entre o cabido e o bispado coimbrão, D. Telo teria alimentado seu intento renovador.

Contudo, a sucessão episcopal teria trazido um entrave imediato aos seus planos. Após a morte de D. Gonçalo, em 1128, em lugar de ser alçado ao bispado de Coimbra, conforme esperado,³⁴ Afonso Henriques, por intervenção do bispo de Braga, elegeu o franco D. Bernardo como sucessor episcopal.³⁵

A narrativa atribui tal escolha como sendo o resultado de influências sofridas pelo jovem Infante por “inimigos da vida santa e da religião”³⁶, pouco após ter vencido sua

Cit., p.59. Escrita na versão latina: “*Sed amoris ardorem minime in silentio ualens ferre, cepit institutores horum primarios diligenter perquirere. [...] Tunc, nimio exilaratus gaudio, addit et ipsas scrutari institutiones: prepositorum uidelicet officia, ut subditorum mentes [...]*”. Cf. NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.58. É possível que Nascimento tenha buscado o fundamento de seu posicionamento na lógica de proximidade entre intentos comuns precedentes (entre D. Telo e Maurício Burdino), ainda que sem referência, e, portanto, fora do constructo literário apresentado, que a elaborada no pleno pendor espiritual nutrido por D. Telo quando em viagem. A carência de qualquer outra fonte que nos direcione nessa leitura, não nos faz ter um posicionamento mais efetivo, mas somente perceber, por exemplo, como os eventos que antecederam a fundação do Mosteiro são conjecturados a partir do que a obra transmite.

³¹ MATTOSO, José. D. Afonso Henriques... Op. Cit., p.84. Para estudo de análise literária da narrativa sobre o cargo de D. Telo e sobre a autoria da obra, ver: NASCIMENTO, Aires A. do. “Corepiscopus”: Um arcaísmo não compreendido na “Vita Tellonis”. *Didaskalia*. X, p.381-390, 1980.

³² Cf. NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.26.

³³ Cf. FRIAS, Agostinho Figueiredo. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: perspetivação histórica. In: NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coord.). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997. p.XXXVII.

³⁴ “[...] mais exemplar de vida e costumes que todo o outro clero, era requerido para bispo pelo clero e pelo povo”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.59. Escrita na versão latina: “[...] *honestior uita omni clero et moribus querebatur precibus a clero et populo episcopus*”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.58.

³⁵ Até então, D. Bernardo estava desempenhando o cargo de arcediogo do bispo de Braga. Cf. MATTOSO, José. D. Afonso Henriques... Op. Cit., p.85.

³⁶ “*sanctitatis religionisque inimicis*”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.60.

mãe D. Teresa e o conde Fernão Peres de Trava na Batalha de Mamede (1128), figuras que apoiavam D. Telo como sucessor.³⁷

D. Afonso Henriques, [...] após ter vencido os partidários de D. Teresa e do conde D. Fernando de Trava, vê em D. Telo, que tinha beneplácito da rainha, um adversário da sua política que visa a defesa dos direitos metropolitanos de Braga, face a Santiago de Compostela e Toledo.³⁸

Tal posicionamento soa com alguma coerência, considerando os planos que Afonso Henriques e seus associados poderiam ter em relação à igreja de Braga, e se considerarmos, cumulativamente, a possibilidade de D. Telo também nutrir pretensões de se submeter à órbita de influência compostelana ou toledana. Conforme Erdmann, por estar sob a alçada dos interesses então defendidos por D. Gonçalo Pais, que parecia de alinhamento à política do arcebispado de Toledo, D. Telo poderia também estar voltado nesta tendência.³⁹

Todavia, tal leitura se depara com limitações interpretativas quando, por exemplo, percebemos que, mesmo após o evento de Mamede, integrantes da família Trava continuaram a ocupar cargos relevantes durante o governo de Afonso Henriques.⁴⁰ É o caso de Bermudo Peres⁴¹, irmão de Fernão Peres de Trava, que aparece com recorrência confirmando documentos de Afonso Henriques, e de seu filho Fernando Bermudes, que, em 1173, teria governado Viseu, tendo andado pela corte afonsina entre 1162 e 1185, entre outros.⁴²

Com isso, no alcance do que a própria estrutura literária da *Vita* nos permite perceber, a concepção de um alinhamento direto à política nutrida por D. Teresa, os Trava

³⁷ “[...] o arcediogo Telo, mais exemplar de vida e costumes que todo o outro clero, era requerido para bispo pelo clero e pelo povo. Tal aconteceria, então, pois a rainha Teresa e o conde Fernando punham empenho nisso [...]”. VITA Tello. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.59. Escrita na versão latina: “[...] *Tello archidiaconus honestior uita omni clero et moribus querebatur precibus a clero et populo episcopus. Quod et tunc fieret regina Tharasia et comite Fernando in hoc nitentibus [...]*”. VITA Tello. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.58.

³⁸ SANTA Cruz de Coimbra: A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001. p.16. Agostinho Figueiredo Frias, citando também Armando Alberto Martins, em relação à escolha episcopal tomada por Afonso Henriques, em oposição direta ao que a *Vita Tello* apresenta, menciona que: não sendo o Infante “uma cana agitada pelo vento”, assim como na narrativa é mencionado, teria tomado sua decisão orientado no sentido de um projeto de reino independente. Cf. FRIAS, Agostinho Figueiredo. O Mosteiro de Santa Cruz ... op. Cit., p.XXXVI.

³⁹ Cf. ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no princípio... Op. Cit., p.36.

⁴⁰ MATTOSO, José. A nobreza medieval galaico-portuguesa: a identidade e a diferença. In: _____. *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992. p.171-196.

⁴¹ Mattoso levanta a hipótese, inclusive, de Bermudo Peres ter participado ao lado de seu irmão contra Afonso Henriques em 1128. Cf. MATTOSO, José. A nobreza medieval ... Op. Cit., p.176.

⁴² Cf. MATTOSO, José. A nobreza medieval ... Op. Cit., p.175-176.

e os demais galegos (na medida em que ela tenha existido), ganha mais sentido na releitura historiográfica que nas linhas constantes na obra. Lá está presente o apoio garantido por D. Teresa e Fernão Peres à D. Telo, e não seu posicionamento em relação à querela então em voga.

Quanto especificamente ao apoio do qual D. Telo gozaria segundo a obra e, mesmo, a decisão afonsina tomada, a opinião de Nascimento certamente é interessante. De acordo com o autor,

Se a sucessão episcopal é resolvida em sentido diferente da esperada, por decisão do príncipe, custa a acreditar que este, mal aconselhado, se expusesse a fazer frente à opinião generalizada entre o clero e o povo, se ela fosse favorável a Telo. As pressões vinham seguramente de meios conimbricenses.⁴³

Contudo, a carência documental da qual dispomos e/ou de estudos que nos permita desenvolver melhor essa possibilidade, encerram em seu posicionamento a nossa opinião.

Tendo sido preterido na sucessão episcopal, D. Telo, algum tempo depois, teria encontrado ambiente favorável às suas pretensões após receber a já referida doação, por parte de Afonso Henriques, da área denominada de “Banhos Régios”. Ele também, segundo a obra, comprou do bispado um horto nas proximidades, local este que dispunha de uma fonte.⁴⁴

Vale salientar que o intento fundador de D. Telo não se fizera sem que houvesse para tal opositores. A iniciativa de fundar uma comunidade regrante, tendo como referencial a *vida apostólica*, teria, no período, alimentado uma crescente rivalidade com os membros do cabido de Coimbra.⁴⁵

[...] o clero mais culto, o cabido da Sé, continuava relutante em aderir às mudanças que lhe eram impostas; recusava-se sobretudo a aceitar [...] a introdução do modelo de vida comum bem como o maior empenhamento na *cura animarum* dentro do programa em curso [...].⁴⁶

Nesse sentido, D. Telo, em oposição à tendência tomada pelo cabido da Sé, e possivelmente a partir de sua frustração em tentar promover tais transformações, teria

⁴³ NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.26.

⁴⁴ “*Emit etiam pro triginta aureis morabitinis hortum ab episcopo Bernardo et eius canonicis, iuxta se positum, fontem aquam habentem larguissimum, iuxta quem ordinavit fieri claustrum, ut in ipsum fons decurreret lauatorium*”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.62.

⁴⁵ MATTOSO, José. D. Afonso Henriques... Op. Cit., p.85.

⁴⁶ MARTINS, Armando Alberto. A história medieval do mosteiro... Op. Cit., p.42.

buscado efetivar as mudanças que julgava necessárias à vida eclesiástica, propondo assim a fundação de uma forma de vida comunitária mais austera.

Assim, a 28 de junho de 1131, após ter conquistado um espaço propício e ter reunido determinado número de adeptos à proposta,⁴⁷ nos arredores da cidade de Coimbra, teria sido fundado o mosteiro de Santa Cruz (Figuras 6 e 7).⁴⁸ A arquitetura, baseada nos moldes românicos, teria ficado a cargo de mestre Roberto, um franco de Auvergne, que trouxe inovações estruturais, inaugurando aquilo que os historiadores chamam de “segundo período do românico coimbrão do século XII”.⁴⁹

Iniciava-se, com isso, no ocidente ibérico, mais propriamente no Condado Portucalense, a experiência religiosa comunitária cujo referencial se baseava na Regra agostiniana. Tendo sido promovida a construção do Mosteiro em 1131, como antes

⁴⁷ “[...] o arceidiago Telo, agregando a si uma falange de homens de primeiro plano em número igual ao dos doze Apóstolos, começou a lançar os fundamentos do mosteiro de Santa Cruz [...]”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.57. Escrita na versão latina: “[...] *archidiaconus Tello, sibi adiuncta procerum iuxta apostolorum numerum duodenarium manu, monasterii Sancte Crucis [...]*”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.56. “[...] Dom João Peculiar, que, por aquele tempo, era mestre das escolas de Coimbra; [...] o presbítero Dom Honório, homem de grande autoridade e preboste da igreja de Santiago, nos arredores de Coimbra. [...] Havia ainda outros religiosos que no conjunto eram onze ao todo [...]”. VITA Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.165. Escrita na versão latina: “[...] *domnus Iohannes cognomento Peculiaris, qui eo tempore Colimbrie magister scholarum erat [...]*. [...] *domnus Honorius presbiter, uir magne auctoritatis et ecclesie sancti Iacobi de subúrbio Colimbrie prepositus*”. VITA Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.164. Joaquim da Encarnação, em sua edição da *Vida de S. Teotônio*, baseado no que indica o *Livro Santo*, e acreditando ser Pedro Alfardo testemunha ocular do que narra, apresenta, em um de seus aditamentos (Parte II, cap. I), as figuras que compunham o número dos doze: D. Telo, arceidiago de Coimbra; D. João Peculiar, mestre escola da Sé; D. Aires, cônego regular da Sé de Coimbra; D. Mendo; D. Pedro Alfardo; D. Zalamé Godinho, abade de São Thomé; D. Honório, prior de Santiago de Coimbra; D. Oveco; D. João Teotônio; D. Pedro Mendes, cônego regular da Sé de Coimbra; D. Sesnando, de Monte Mor o Velho; e, finalmente, D. Teotônio. Cf. ENCARNAÇÃO, Joaquim. *Vida do admirável Padre S. Theotônio, Conego Regular, e Primeiro Prior do Real Mosteiro de S. Cruz de Coimbra: Antigo Prior, e Protector Prodigiouso da Antiquíssima, Ilustríssima, e Real Cidade de Vizeu: Delicias, e Gloria de Portugal, e de toda a Igreja. Coimbra: [s.n.], 1764.p.85-88. É razoável trabalhar com a hipótese de o número de fundadores é muito mais simbólico que necessariamente verossímil, dado o claro paralelo feito com o número de Apóstolos e, também, por não aparecer citado, em completude, os nomes dos fundadores em nenhuma das obras que narram a fundação do mosteiro, *Vita Sancti Theotonii* e *Vita Tellonis*. A ênfase aqui parece recair sobre um intento sacralizador da fundação da comunidade regante, por isso a comparação ao apostolado. Ambos importantes em semelhança quanto ao propósito. Por isso a identificação.*

⁴⁸ “[...] lançaram, pois, a primeira pedra de fundação no dia 28 de Junho, vigília dos príncipes Apóstolos Pedro e Paulo”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.63. Escrita na versão latina: “[...] *primum fundamenti lapidem, quarto Kalendarum Iulli, Petri et Paulo apostolorum principum uigilia*”. VITA Tellonis. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.62.

⁴⁹ MARTINS, Armando Alberto. *A história medieval do mosteiro...* Op. Cit., p.45. As construções do mosteiro teriam se prolongado por vários anos. Ao que tudo indica, D. Telo, que morre em 1136, teria sido sepultado na capela colateral. O altar só seria sagrado em 1148 pelo bispo D. João Anaia. A igreja só seria sagrada em 7 de janeiro de 1229. Cf. SANTA Cruz de Coimbra: *A Cultura Portuguesa aberta...* Op. Cit., p.19.

vimos, suas atividades, de acordo com a narrativa, só teriam se iniciado em 1132,⁵⁰ sendo eleito como seu primeiro Prior-mor, D. Teotônio, um dos fundadores.⁵¹

O priorado de D. Teotônio e a hipertrofia da Comunidade regrante

A partir do que a documentação nos permite perceber e do que a historiografia frequentemente destaca, a primeira década de vida da canônica crúzia foi marcada pelas transformações que teriam estabelecido os alicerces da experiência regrante no Condado. Pensamos ter sido, esta, tanto uma fase em que o Mosteiro buscava dissociar-se em relação ao bispado local, quanto de estruturação da base sobre a qual a conduta moral dos cônegos se assentaria, sendo para ela buscados os mais diversos referenciais.

Em relação ao bispado coimbrão, salienta Morujão que

Almost immediately a tense relationship developed between the monastery and the see, since the monastery had been founded by clerymen who had abandoned the cathedral chapter to join the new institution and consequently the Crucians tried to evade the episcopal authority.⁵²

A necessidade de desvinculação em relação ao bispado teria como raiz, segundo a *Vita Tellois*, a oposição levantada pela diocese, que exigia a confecção em seu favor de um testamento tanto do local quanto do Mosteiro,⁵³ isto é, que o lançasse como patrimônio diocesano. Com isso, vendo a possibilidade de ter sua liberdade cerceada, mantendo-se sob a tutela do bispo local, D. Telo e seus companheiros teriam recorrido à Santa Sé.

Nessa iniciativa, teriam eles buscado o reconhecimento fundacional da Comunidade, bem como a devida proteção face o episcopado coimbrão, gerando assim, de Inocêncio II, em 1135, três bulas: a *Desiderium quod*, que garantia o amparo da Sé Apostólica ao Mosteiro;⁵⁴ a *Quod personam* e a *In Beati Petri cathedra*, as quais

⁵⁰ “Igitur sub era M^a C^a LXX^a, uel ad incarnatione filii dei anno M.º [Cº] XXX.º II.º in unum conuenerunt [...]” VITA Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.166.

⁵¹ “Congregatis itaque fratribus, consilium simul et uox una omnium fuit cum omni gratulatione totius congregationis curam domino T[heotonio] committere”. VITA Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.166.

⁵² MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. The Coimbra See... Op. Cit., p.3.

⁵³ Cf. VITA Tellois. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.65.

⁵⁴ “[...] damos grato assentimento aos vossos pedidos e recebemos sob tutela e protecção a igreja de Santa Cruz em que vos entregastes ao serviço divino, e damos-lhe a salvaguarda do presente documento escrito, determinando que a disciplina canónica [...] seja observada inviolavelmente pelos tempos afora”. VITA

recomendavam tanto a Afonso Henriques quanto ao bispo de Coimbra os cônegos crúzios.⁵⁵ Segundo a *Vita Tellois* faz notar, seria a partir de tais disposições que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra teria conquistado a isenção em relação ao bispo da cidade, estando, assim, diretamente subordinado à Sé romana.⁵⁶

A controvérsia entre D. Bernardo, bispo de Coimbra, e a Comunidade de cônegos regrantes de Santo Agostinho, para além das questões antes citadas, teria se estendido também sobre outros assuntos. De acordo com o que narra Pedro Alfarde sobre o supracitado bispo, ele vendia bens eclesiásticos às escondidas, motivo pelo qual os Regrantes teriam se recusado a serem ordenados por ele.⁵⁷ Tal desconfiança, prossegue o autor, teria levado os cônegos a solicitarem a presença do arcebispo de Braga, D. João Peculiar (1138 – 1175), para promover a ordenação.⁵⁸ Como resultado, D. Bernardo,

[...] tomado de fúria insana, contra as determinações em contrário, procurava impedir os fiéis [sic] que podia de nos entregarem [ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra] benefícios, quer nas coisas eclesiásticas que acaso possuíssem quer no direito civil. Por isso, até algumas das nossas igrejas reteve para si durante bastante tempo [...].⁵⁹

Em linhas gerais, a contenda mais incisiva envolvendo a diocese coimbrã e o mosteiro de Santa Cruz teria durado, pelo menos, até que dois bispos, questionados pelas

Tellois. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.65. (PRIVILEGIUM Innocentii PP). Escrita na versão latina: “[...] *prebemus assensum et ecclesiam Beate Crucis in qua diuini estis obsequiis mancipati, in beati Petri tutelam protectionemque suscipimus et presenti scripti pagina comunimus, atuentes ut ordo canonicus [...] perpetuis temporibus inuiolabiliter obsruetur*”. VITA Tellois. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.64.

⁵⁵ COSTA, Avelino de Jesus da. D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In: *SANTA Cruz de Coimbra: do século XI ao século XX* (estudos). Coimbra: [s.n], 1984. p.59-83, p.60.

⁵⁶ “[...] consegue do Papa Inocêncio II a liberdade relativamente à Sé e bem assim mereceu daquele mesmo santo varão que o mosteiro de Santa Cruz ficasse sob tutela de S. Pedro [...]”. VITA Tellois. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.65. Escrita na versão latina: “[...] *libertate ab Innocentio secundo apostolico et uix conquista, etiam Sancte Crucis monasterium quod sit sub tutela Sancti Petri ab eodem uiro sancto promeruit [...]*”. VITA Tellois. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.64. Paulo Merêa, por sua vez, contesta a hipótese de tal documento, *Desiderium quod*, ter concedido isenção plena ao Mosteiro face o bispo de Coimbra, pelo contrário, documentos posteriores reafirmariam os direitos do bispado. Cf. VIDA de D. Telo. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.135 (nota 52).

⁵⁷ “*Quia episcopus infamabatur publice ecclesiastica uendere beneficia, subter fugiebamus pro posse consecrari ab eodem*”. VITA Tellois. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.80.

⁵⁸ “*Unde semel et bis uocato archiepiscopo Bracare domno Iohannes, eo in sede sua presente et ordines faciente, in ecclesia nostra ordinationes [...]*”. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.80.

⁵⁹ “*Qua de causa repletus insano furore contra apostolica prohibita prohibebat fideles, quos poterat, ne nobis impenderent sua beneficia, uel in ecclesiasticis, si forte posiderent, uel in seculari iure. Unde et quasdam nostras sibi diu retinuit ecclesias [...]*”. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.82.

suas condutas, deixassem de ocupar seus cargos: o já citado D. Bernardo, que morrera em 1146,⁶⁰ e seu sucessor, D. João Anaia (1147 – 1155), cuja demissão fora forçada em 1155. Após este período, o bispado teria ficado vacante por sete anos até que um regrante crúzio, D. Miguel Pais Salomão (1162 – 1176), o ocupasse.⁶¹

É interessante perceber o silêncio que a *Vita Sancti Theotonii* faz desse período de tensões. De acordo com a obra, omitindo qualquer conflito, menciona que o corpo fundacional do Mosteiro estaria firmado na autoridade de Afonso Henriques e do *uenerabilis* bispo de Coimbra Bernardo.⁶² Partindo desta divergência entre os escritos, é razoável trabalhar com a hipótese de a *Vita* teotoniana, produzida em data posterior à *Vita Tellonis*, em 1162-63, intentar esvaziar do discurso narrativo possíveis tensões existentes na fase inicial da canônica crúzia, dado a proximidade existente entre ambas no momento de produção da obra.⁶³ Em data anterior, 1154-55, em virtude do recente período de atrito verificado, e/ou por possíveis interesses que fogem ao nosso entendimento agora, Pedro Alfarde teria achado por bem mencioná-los em sua obra.

A ida de D. Telo e seus associados imediatos ao papado para solicitar a isenção teria, no raciocínio de Erdmann, também trazido frutos ao bispado coimbrão, tendo o Pontífice concedido a proteção da Santa Sé à comunidade, face os interesses

⁶⁰ É neste período que, se aproveitando da vacância do bispado de Coimbra com a morte de D. Bernardo, Afonso Henriques e D. João Teotônio, arcebispo de Braga, teriam restaurado a diocese de Lamego e Viseu, até então efetivamente ligadas aos interesses do falecido bispo, associando outras duas novas dioceses aos seus planos políticos. Ambas ocupadas com bispos provenientes do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: Odório para ocupar o bispado de Viseu e D. Mendo o de Lamego. Com isso, dava-se prosseguimento à formação de uma rede constituída por cátedras episcopais alinhadas aos interesses afonsinos, cuja confiança teria se tornado elemento fundamental, portanto, a escolha de figuras oriundas da canônica crúzia. Para mais, ver: MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. A organização da diocese de Lamego... Op. Cit., p.36-38.

⁶¹ Cf. MARTINS, Armando Alberto. Dois bispos portugueses da segunda metade do século XII. In: BARROCA, Mário Jorge. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

⁶² “*Cuius auctoritate roborati, et uenerabilis B[ernardi] Colimbriensis episcopi [...]*”. VITA Sancti Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz... Op. Cit., p.166. [Grifo nosso]

⁶³ A concessão da *Karta libertatis*, em 1162, por parte de D. Miguel Salomão ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, demonstra um momento de boas relações existente entre ambas as instâncias. Por ela, o bispo coimbrão reconhecia a autonomia da Comunidade regrante, eximindo-a da tutela diocesana. Cf. MARTINS, Armando Alberto. Dois bispos portugueses... Op. Cit., p.28. *Karta libertatis*: “*Ego Michael Dei gratia Colimbriensis episcopus, sciens, ut ait Beatus Gregorius, valde necessarium et honestum esse Deo [...] et attendens nichilominus Colimbriense monasterium Sancte Crucis a Sacrosancta Romana Ecclesia que caput et mater est omnium ecclesiarum, per Dei gratiam integram libertatem habere, laudo et confirmo et cum consensu meorum canonicorum spontanea voluntate confirmamus libertatem vobis, scilicet domno Johanni ejusdem monasterii [...]*”. Apud in: MARTINS, Armando Alberto. Dois bispos portugueses... Op. Cit., p.29. [Grifo nosso]

compostelanos.⁶⁴ Em troca, segundo o autor, o Vigário teria pedido ao Infante uma proteção especial em favor de Santa Cruz de Coimbra.⁶⁵

Nos primeiros anos da Canônica agostiniana, a busca por material escrito que servisse às necessidades religiosas do Mosteiro também teria sido uma das iniciativas tomadas pelo corpo fundador. “Telo e os seus companheiros, ao reunirem-se em comunidade, tinham necessariamente de prover à constituição de uma biblioteca que permitisse responder às obrigações da vida regrante [...]”.⁶⁶ O mosteiro franco de São Rufo de Avinhão,⁶⁷ neste particular, teria sido um dos contribuintes iniciais para a constituição do patrimônio escrito da canônica agostiniana. Dele teria vindo, para além da própria inspiração da vida regular, o *Ordinário (Liber Ordinis)*, de Letberto⁶⁸, o *Capitulário, Antifonário*, comentários bíblicos de Agostinho de Hipona (sobre o *Gênesis*, João, Mateus e Lucas) e Ambrósio (o *Exameron* e o *De Penitentia*), a *Regula Pastoralis* de Gregório Magno e um comentário de Beda, o Venerável, sobre Lucas.⁶⁹

Desta forma, ao longo de três etapas de contactos com o mosteiro que lhes servia de modelo, em 1135, 1136 - 1137 e 1139 – 1140, Santa Cruz adquiria os textos das regras, constituições, directórios litúrgicos e doutrinas patrísticas que lhe permitiam completar, internamente, a sua estruturação e conduzir a sua orientação doutrinal. À fundação do *armarium*, acrescentava-se este importante núcleo do que mais tarde haveria de ser a sua livraria.⁷⁰

Com isso, ao que tudo indica, a primeira década de vida do Mosteiro seria marcada pela aquisição de um patrimônio teológico-literário que, mesmo ainda incipiente, foi suficiente para o desenvolvimento das atividades iniciais da Casa regrante. Este, progressivamente, teria aumentado durante o priorado de D. Teotônio (1132-1162), fruto também da própria hipertrofia sofrida pela comunidade crúzia no período, que teria

⁶⁴ Cf. ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no princípio... Op. Cit., p.40.

⁶⁵ Cf. Ibid., p.40.

⁶⁶ NASCIMENTO, Aires Augusto do; MEIRINHOS, José Francisco. *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997. p.LXX.

⁶⁷ A Comunidade regrante de São Rufo de Avinhão teria surgido após a reunião e instalação de quatro cônegos de Avinhão, em 1039, na igreja de São Rufo. Teriam por fim seguir uma vida religiosa mais austera, tendo por referencial norteador a Regra agostiniana. Inicialmente, a função superiora seria ocupada pelo próprio bispo, sendo posteriormente designado para o cargo um prior. Cf. CONDE, Antonio Linage. Las órdenes religiosas de la plenitud al ocaso del medievo. In: FERNÁNDEZ, Emilio Mitre (coord.). *História del cristianismo II. El mundo Medieval*. Madrid: Trotta, 2011.p.475-476.

⁶⁸ Sobre esse material teriam sido feitas alterações substanciais, sendo ele adaptado aos interesses nutridos pelos cônegos de Santa Cruz. Cf. MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.238.

⁶⁹ MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.237.

⁷⁰ MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.237.

expandido sua órbita de influência e, conseqüentemente, a capacidade de aquisição e a necessidade de produção de novas obras.⁷¹

Para esse crescimento exponencial, teria concorrido uma série de fatores, dentre os quais damos mais destaque aos possíveis interesses nutridos e conseqüente intervenção da monarquia Portucalense na dinâmica dos Regrantes agostinianos, das famílias nobiliárquicas de Coimbra e da própria Sé Apostólica.

No que diz respeito a Afonso Henriques, a transferência feita em 1131⁷² da sede administrativa da cidade de Guimarães para Coimbra, efetuada no mesmo ano de fundação do mosteiro de Santa Cruz, dão indícios de uma iniciativa não desinteressada. Ambos os acontecimentos, em nossa opinião, não estariam dissociados, mas interconectados.

A doação dos “Banhos Régios”, que a literatura portucalense parece não inferir qualquer relação com possíveis interesses prévios por parte do Infante no que diz respeito à Coimbra, para nós seria um indício mesmo de seus próprios intentos. A doação seria já um indicativo do alinhamento de interesses entre as pretensões do corpo fundacional na cidade, e as vontades que no momento definiam as ações de Afonso Henriques. Várias parecem ser as justificativas que nos direcionam a tal interpretação.

Após a vitória de Mamede (1128), a necessidade de se desvincular da aristocracia senhorial nortenha, que o teria apoiado no conflito, e entre a qual o Infante não seria mais que um *primus inter pares*,⁷³ o teria levado a buscar novas alianças. De acordo com Mattoso, ao se afastar do Norte, ele “[...] evitava [...] a confrontação com os ricos-homens

⁷¹ O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por exemplo, ainda durante a primeira metade do século XII, teria reunido e feito cópias dos manuscritos provenientes do mosteiro de Santo Tirso de Riba D’Ave (século XI), sendo sobre eles acrescentada outra série de informações, dando assim origem ao que Pierre David denominou como sendo os *Annales Portugalenses veteres*, os quais teriam sido transmitidos em duas recensões: uma longa, que reúne dados até 1122; e outra breve, com notícias até 1168. Cf. KRUS, Luís. *Historiografia Medieval* (excertos). In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *História e antologia da literatura portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Maiadouro, 1997.p.13; ver também: GOUVEIA, Mário de. O essencial sobre a analítica monástica portucalense (séc. XI-XII). *Lusitania Sacra*. Lisboa, n. 25, p.183-226, janeiro-junho 2012; e GOUVEIA, Mário de. O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII). *Medievalista*. Lisboa, n. 8, Jul 2010.

⁷² MATTOSO, José. D. Afonso Henriques... Op. Cit., p.77.

⁷³ MATTOSO, José. D. Afonso Henriques... Op. Cit., p.77.

e infanções que ali tinham a base da sua força económica e social, e que formavam um conjunto unido por fortes laços de solidariedade e de parentesco.”⁷⁴

Nesse sentido, Afonso Henriques teria encontrado na cidade de Coimbra o ambiente favorável para poder exercer suas ações com mais liberdade face à condição sob a qual se encontrava em Guimarães. A possibilidade de desempenhar maior capacidade de decisão política, entre outros, surgia como atrativo, frente ao que, sob as limitações da própria lógica de organização local, encontrara no entre Minho e Douro.⁷⁵ No Mondego, também, se colocaria em posição geográfica mais estratégica para melhor empreender seus avanços militares e veria reconhecido, pela aristocracia regional, seu papel de proeminência.

Em meio às iniciativas tomadas pelo Infante, o apoio conferido à fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pode demonstrar, em algum nível, uma tentativa de obter do papado tal reconhecimento. O fim parecia ser a consolidação da sua autoridade régia, dissociada, por um lado, da monarquia castelhano-leonesa e, por outro, da aristocracia nortenha portugalense.

Paralelamente, as tensões que, posteriormente, viriam a definir as relações entre o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra,⁷⁶ sendo Afonso Henriques mais próximo do primeiro, o teria levando, antes, segundo acreditamos, a procurar uma alternativa de apoio eclesiástico às suas ações, que não o episcopado coimbrão. Por isso o pendor por parte

⁷⁴ Ibid., p.77.

⁷⁵ Cf. MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.115. Contudo, mesmo buscando distanciar-se das famílias nortenhas, Afonso Henriques teria buscado garantir o apoio deles confirmando seus poderes e concedendo cartas de couto aos mosteiros aos quais tinham vínculo. Cf. MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.115.

⁷⁶ As tensões entre o bispado de Coimbra e o arcebispado de Braga tinham sua origem nas constantes intervenções que o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, fazia sobre a jurisdição episcopal da diocese coimbrã. No período em que D. Bernardo fora bispo de Coimbra, entre 1128 e 1146, por exemplo, D. João Peculiar teria nomeado João Cirita como abade do mosteiro de São Cristóvão de Lafões; teria, por duas vezes, conferido ordens sacras ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; sagrou igrejas em Lamego e Viseu, que eram administradas por D. Bernardo, entre outros. Como resultado das intervenções do arcebispado bracarense, a partir da queixa feita por D. Bernardo ao papado, Inocêncio II teria emitido duas bulas: a *Gravamen et moléstias* e a *In eminenti Apostolice Sedis* (1140-1143). Pela primeira teria assegurado os direitos de Coimbra, alertando a D. João Peculiar que não se intrometesse na região sob administração da diocese coimbrã. Em relação à segunda bula, teria isentado D. Bernardo em relação à Braga, de quem era sufragânea. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da. D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In: SANTA Cruz de Coimbra... Op. Cit., p.70. Ver também: MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal. In: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.). *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego (Sécs. XII a XX)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013.

dele à canônica crúzia, tendo nela, após a fundação, estabelecido sua chancelaria e confiado o tesouro régio.

A proximidade entre Afonso Henriques e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, representado na figura de seu superior, D. Teotônio, teria sido imprescindível aos interesses do Infante para o Ocidente peninsular, fundamentalmente se nutria o interesse de se aproximar da Igreja romana e ver reconhecido seu título régio. A situação de soberania da Sé romana, como demonstra, por exemplo, a hipótese de Erdmann,

[...] era por isso considerada como vantajosa por todos os príncipes que procuravam desta forma legitimar a sua posição e os queriam libertar doutra soberania, sugeitando-se [sic] à dependência feudal da Santa Sé.⁷⁷

Em linhas gerais, a Casa crúzia viria em auxílio, como agente legitimador, através do discurso cristão, às investidas militares do monarca portugalense contra os “inimigos” da Sé Apostólica. Assim, ao passo que o exército afonsino avançava sobre seus “opponentes”, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra garantia - discursivamente - o apoio divino nas batalhas. É este o intento que a literatura coimbrã da segunda metade do século XII parece querer transmitir. De acordo com a *Chronica Gottorvm*, por exemplo, escrita no final do século XII,

[...] anotaremos a maneira como conquistou o reino, os castelos e as fortalezas que aí construiu e também as cidades e os castelos que aos Sarracenos tomou, porque ninguém podia descrever as batalhas que travou, pois foram muitas e inumeráveis não só com pagãos, mas também com Cristãos que, demasiado cobiçosos,⁷⁸ lhe queriam arrebatat e invadir o reino, a todos sendo superior e sempre ficando vencedor, de todos triunfando sempre, ajudado da bondade divina.⁷⁹

⁷⁷ ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no princípio... Op. Cit., p.45. A submissão à Igreja romana teria sido completada com uma carta de 1143, *Claves regni*, na qual prometia um tributo anual à Santa Sé, reconhecendo sua condição de superioridade em relação aos demais poderes. Cf. ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no princípio... Op. Cit., p.45.

⁷⁸ Aqui o autor parece fazer referência ao reino castelhano-leonês que, em diversos momentos, teria travado combate com os exércitos portugalenses.

⁷⁹ Escrita na versão latina: “*Qualiter autem Regnu sit adeptus, castella, & munitiones quas ibi fecit, sed & ciuitates & castella quae à Sarracenis accepit breuiter annotabimus, nam praelia quae gessit nemo poterat annotare, fuerunt namque multa & innumerabilia non solum cum Paganis, sed etiam cum Christianis, qui nimium inuidentes ei uolebant diripere & inuadere Regnum eius, in omnibus quidem superans, & semper victor existens, & de omnibus triumphans diuina clemencia semper adiutus.*”. CHRONICA Gottorvm. In: BRANDÃO, António. *Monarquia Lusitana*: parte III. Lisboa: Imprensa Nacional – casa da moeda, 1973. Parte III, f.272v-273r.

Nesse sentido, esse relacionamento teria solidificado e unificado as bases militar e religiosa, tornando-se indissociáveis para o avanço territorial no Ocidente peninsular.

Durante o priorado de D. Teotônio, concessões de naturezas variadas teriam sido feitas por parte do Infante ao Mosteiro, aumentando-lhe assim tanto o patrimônio particular do qual dispôs nesta primeira etapa, quanto às zonas de influência sobre o Condado Portucalense: “[...] o rei lhe concedeu muitos dos bens que aí tinha, tanto móveis como imóveis, enriqueceu o local, confirmou todos os bens do mosteiro, tanto de dentro como de fora, e ao confirmá-los coutou-os”.⁸⁰

Era o esperado desfecho que sua participação no processo de fundação trazia, ao oferecer a *fundatio* e a *protectio et comenda*.⁸¹ Teria se estabelecido, assim, um vínculo entre ambos. Conforme Martins,

Pela antiga disciplina canônica, os “fundadores” de igrejas ou mosteiros ficavam com o direito ao seu padroado, título jurídico e canônico, além de outros, que ficou a ligar os reis portugueses à mais antiga instituição por eles “fundada” e onde os primeiros, nessa qualidade, procuraram apoio intelectual e moral, bem como logística burocrática ou mesmo financeira e viriam a escolher sepultura.⁸²

Dentre as concessões feitas por Afonso Henriques ao Mosteiro regante, destacamos os coutos que, nos primeiros anos da canônica, teriam composto um conjunto patrimonial significativo. Nesse sentido, tornamos evidente, por exemplo, o couto de São Romão de Seia, de dezembro de 1138; o couto feito a um barco de pesca, de março de 1139; o couto da vila de Gouveia, de novembro de 1140; o couto de parte das vilas de Quiaios e Emide, além de toda a de Lavos, de junho de 1143; o couto de todos os homens e herdades de Santa Cruz, de julho de 1146.⁸³

Sobre todos os lugares e bens aqui citados, entre outros não apresentados, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra obtinha vantagens, usufruindo assim dos direitos recebidos pelo Infante. Este, com seus atos, teria tornado mais intrínseca sua relação com a Canônica, expandindo com isso a área de influência dos Regrantes ao passo que avançava

⁸⁰ VITA Sancti Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.187.

⁸¹ Cf. MARTINS, Armando Alberto. *O Mosteiro de Santa Cruz...* Op. Cit., p.835.

⁸² MARTINS, Armando Alberto. *O Mosteiro de Santa Cruz...* Op. Cit., p.835.

⁸³ Cf. MARTINS, Armando Alberto. *O Mosteiro de Santa Cruz...* Op. Cit., p.849. (Nota 398). Nascimento menciona que somente são conhecidos doze documentos de doações feitas por Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra durante o período de priorado de D. Teotônio. Cf. VITA Sancti Theotonii. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...* Op. Cit., p.219. (Nota 69)

territorialmente com seus exércitos. É, por exemplo, o que pode ser percebido do processo que envolveu a própria conquista da cidade de Lisboa, entre 1147 - 49, que teria levado à fundação dos mosteiros de Santa Maria dos Mártires e de São Vicente de Fora, ambas inseridas na instância administrativa dos Regrantes crúzios.

Por outro lado, a Igreja romana teria igualmente participação significativa no crescimento sofrido pela comunidade agostiniana durante o primeiro priorado, seja confirmando as concessões afonsinas ao Mosteiro, seja conferindo outras novas. Para isso é importante considerar o próprio papel de relevância que os Regrantes crúzios tinham para a política romano-eclesiástica na Península Ibérica.

O mosteiro de Santa Cruz, ao demonstrar, em certa medida, alinhamento aos interesses defendidos pela Sé romana, obtendo dela o devido reconhecimento e se colocando em direta subordinação, teria exercido no Ocidente peninsular um papel concentrador e difusor das orientações provenientes de Roma. Como agente disseminador dos interesses românicos, trazia para a lógica de organização social o próprio discurso cristão, e para o corpo eclesial, o enquadramento esperado e o referencial de conduta moral estabelecido na base apostólica. Com isso, teria garantido para si o beneplácito da Sé de Pedro para o desenvolvimento de suas atividades, tendo assegurado tanto privilégios quanto a expressiva proteção papal.

O facto de uma rede crescente de paróquias serem fundadas ou ficarem sob a orientação directa do mosteiro de Santa Cruz, que se afirmava isento do poder episcopal, protegido e imediatamente dependente da Sé Apostólica iria contribuir para consolidar o seu próprio processo de isenção [...]. Era igualmente um poderoso meio de a instituição regrante mais se afirmar junto da autoridade episcopal, através do exercício da sua própria jurisdição, e na sociedade em que se situava.⁸⁴

A título de exemplo dos privilégios recebidos, destacamos: a bula *Ad hoc universalis*, de abril de 1144, na qual Lúcio II teria confirmado os bens e direitos recebidos pelo Mosteiro, dentre eles os sobre as igrejas de São Romão de Seia, São João de Santa Cruz, Quiaios, Mira, Travanco, etc., isentando-os de dízimo, sem com isso alienar os direitos da diocese. Todos repetidos e confirmados por Eugênio III por meio da bula *Apostolica Sedis*, de setembro de 1148. O cardeal Jacinto, com a bula *Officii nostri*, de novembro de 1154, além de confirmar as concessões anteriores, teria acrescentado

⁸⁴ MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.253.

outras novas, qual seja, a livre eleição do superior da comunidade regrante⁸⁵ e o direito de sepultura. Já Adriano IV, por meio da bula *Ad hoc universalis*, de agosto de 1157, para além de manter as confirmações já feitas, também a exerce às igrejas do castelo de Leiria e de Taveiro, entre outros.⁸⁶

Um dos pontos que nos chama a atenção nos privilégios eclesiásticos é o da necessidade de uma confirmação contínua das concessões reais ao Mosteiro. Ou seja, mesmo já tendo obtido o devido reconhecimento por parte da Igreja romana, esta consideração parece não garantir um inquestionado direito aos Regrantes sem que passasse por nova confirmação. Era também uma forma de manter, por parte do papado, um controle dos bens adquiridos pelo Mosteiro em um determinado espaço de tempo.

Famílias nobiliárquicas coimbrãs também contribuíram para o crescimento patrimonial experimentado por Santa Cruz de Coimbra até 1162, por meio de doações, vendas ou testamentos feitos à Comunidade agostiniana. Dois fatores se destacam para refletir sobre tal fenômeno: um relacionado a um possível carácter simbólico que o mosteiro pudesse ter no período; e outro, aos efeitos práticos que as transferências traziam ao patrimônio particular.

Na primeira questão, a possível representação que a própria casa monacal pudesse ter para a nobreza coimbrã estaria associada a uma supremacia espiritual simbólica que, em meio ao grupo social, ela deteria face à organização paroquial. Enquanto esta estaria voltada ao serviço terreno dos cristãos, isto é, “ao Povo de Deus que caminha penosamente nesta terra”,⁸⁷ a outra, estava relacionada ao anúncio profético do paraíso;⁸⁸ distanciava-se da pugna vinculada ao plano terreno. Por conseguinte, dado a significação que uma apresentava frente à outra, a supremacia espiritual do mosteiro frente aos demais e sua transcendência teriam atraído a atenção nobiliárquica de Coimbra. Conforme salienta Mattoso,

[...] o mosteiro, com a sua comunidade permanente, que desafia os séculos e as vicissitudes deste mundo, representa também a própria eternidade e é, portanto, uma garantia da permanência da família. Ligada a um mosteiro, ela não só será fecunda, não só se reproduzirá [...], mas também manterá [...] o

⁸⁵ Esta eleição deveria ser feita a partir da *sanior pars* ou *comum consensu*. Cf. MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.244.

⁸⁶ Cf. MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.243-245.

⁸⁷ MATTOSO, José. Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média. In: _____. *Portugal Medieval: novas...* Op. Cit., p.252.

⁸⁸ *Ibid.*, p.252.

nível da honra alcançada e os poderes que a assemelham ao próprio Deus ou aos seus Santos.⁸⁹

Nesse sentido, identificando no monaquismo um caminho de acesso ao sagrado, cuja proximidade ao plano divino encontrava seu sentido na vida austera, as famílias coimbrãs provavelmente viram no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra uma via de promoção de sua própria condição espiritual.

A segunda questão, diz respeito aos efeitos práticos que a transferência trazia aos bens associados. Se na primeira linha interpretativa, a partir da reflexão conduzida por Mattoso, a importância da doação se estabelece em virtude de um interesse que transcendia a questão material, se apoiando exclusivamente nos resultados mais abstratos do termo, isto é, no âmbito espiritual, aqui, a importância se faz mais imediata, concreta, ou seja, se alicerça no plano terreno.

O prestígio e poder que, gradativamente, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra teria conseguido ao longo do tempo, fruto, como vimos, do vínculo que mantinha com Afonso Henriques e seus associados, além do próprio apoio papal, teria aumentado sua capacidade de proteção em relação ao patrimônio que detinha. Este dado teria, conseqüentemente, garantido a força combativa do exército portugalense quando sob ameaça, formando, assim, um conjunto institucional pouco susceptível às instabilidades oriundas de um período marcado pelos constantes conflitos. Nesse panorama, famílias dotadas de patrimônios significativos, cuja efetiva ação para defendê-los se encontrava enfraquecida ou inexistente, veriam na associação ao Mosteiro, seja em momentos conflituosos ou não, uma forma de verem garantidas a proteção e manutenção dos bens dos quais dispunham.

Das anotações relativas a Testamentos, Cartas de doações e de vendas à Santa Cruz de Coimbra constantes no Livro de D. João Teotônio, por exemplo, é indiscutível que as décadas de 60 e 70 do século XII são as que em maior volume dão mostra das aquisições por parte do Mosteiro. Portanto, período de priorado de D. João Teotônio (1162 – 1181). Não seria diferente, dado a possibilidade de ter por incentivo o avanço almoada que se fazia presente no último quartel do século XII em território portugalense. Com isso, percebemos a dimensão do acúmulo de bens pelo Mosteiro no período.

⁸⁹ Idem., p.253.

Cabe salientar também, em paralelo, o próprio incentivo promovido pelo segundo prior, atraindo para os crúzios considerável número de doações e testamentos, aumentando assim o patrimônio material do Mosteiro.

De facto, foi com ele [D. João Teotônio] que, desde 1152, se fomentou a partir das doações feitas um patrimônio que organizado viria a dispor de rendas próprias que permitiram ampliar instalações e adequá-las à medida da procura crescente.⁹⁰

O crescimento e expansão experimentados pela Comunidade agostiniana entre 1132 e 1162 caracterizaram essa primeira etapa de vida do Mosteiro, e a qual damos relevante importância para pensar a própria elaboração da *Vita Sancti Theotonii*, assim como os simbolismos constituintes das noções de masculinidades nela presentes. É, justamente, refletindo sobre esse primeiro período que encontramos o caminho entendido por nós como razoáveis para compreender o sentido mesmo de elaboração do referencial projetado em D. Teotônio, primeiro superior da Canônica crúzia.

Considerações finais

Em linhas conclusivas, percebemos, portanto, o ambiente característico que cercara a cidade de Coimbra na primeira metade do século XII. Buscamos compreender o processo fundacional do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, neste primeiro momento, bem como perceber como a política romano-eclesiástica teria se desenvolvido a partir das ações diocesanas. Assim, gradativamente, teria sido pavimentado o solo sobre o qual assentaria a canônica crúzia, a qual, não diferente, alinhada aos interesses nutridos pela Santa Sé, teria obtido o devido reconhecimento e proteção episcopal.

Na segunda parte, voltamos nossa preocupação para o processo de fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1131, bem como as questões que diretamente envolveram tanto o exercício do primeiro priorado quanto os agentes promotores do desenvolvimento experimentado pela Comunidade regrante.

Inicialmente, refletimos sobre os fatores que teriam agenciado D. Telo em seu intento fundacional, questionando, sempre que possível e necessário, o posicionamento parcialmente defendido pela historiografia acerca da questão. Buscamos desenvolver nossa linha interpretativa a partir do diálogo estabelecido entre o que os pesquisadores trazem sobre o evento, o que a própria narrativa apresenta e o resultado de nossa própria

⁹⁰ MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz... Op. Cit., p.303.

reflexão após tomarmos ambos em revista. Nesse sentido, problematizações foram suscitadas tendo por fim tornar mais movediço o terreno amplamente construído pelos pesquisadores sobre o tema, grupo ao qual nos incluímos com a proposta.

Para a fundação do mosteiro de Santa Cruz, coube ressaltar a coadunação, em nossa opinião, de interesses entre Afonso Henriques, D. Telo e seus companheiros, afastando do horizonte interpretativo qualquer leitura que fizesse foco unicamente no arcediogo coimbrão, como parcela dos pesquisadores fizera. Ainda que partindo de objetivos particulares, cada um dos lados interessados teriam se associado no fim comum de ver no estabelecimento da Comunidade agostiniana uma solução aos problemas vivenciados.

Em seguida, focamos nossa análise sobre a formação básica da biblioteca do Mosteiro, assim como dos agentes que teriam promovido seu crescimento patrimonial e em influência durante o exercício do primeiro priorado.

No que atinge ao primeiro, os Regrantes, ainda durante o transcorrer da década inicial após a fundação (1131), teriam buscado o referencial elementar para a atividade comunitária no mosteiro de São Rufo de Avinhão. Dele teria vindo, entre outros, o *Liber Ordinis*, de Letberto, adaptado e utilizado como base para a organização interna da Casa crúzia. Tomando por base a própria vida regrante vivenciada pela Comunidade franca, cujo referencial teria sido tomado da Regra de Santo Agostinho, a experiência crúzia teria buscado reproduzir a mesma forma de vida na Península Ibérica. Como resultado mais imediato, teria conseguido do papado o reconhecimento fundacional e a isenção face o bispado coimbrão.

Já no que se refere aos agentes envolvidos no crescimento do Mosteiro entre 1131 – 1162, período de exercício do priorado de D. Teotônio, trabalhamos como principais promotores Afonso Henriques, a Igreja romana e as famílias nobiliárquicas coimbrãs.

O Infante teria participado com suas frequentes doações e concessões de direitos (coutos, benefícios sobre igrejas e regiões, etc.), entre outros. Sua proximidade ao Mosteiro, tendo a eles confiado seu patrimônio régio e as atividades de chancelaria, teria trazido, em contrapartida, em meio aos conflitos desenvolvidos no processo de expansão do próprio Condado Portucalense, o apoio legitimador para suas ações militares. Nesse sentido, teria angariado, por um lado, em seu favor, a vantagem discursiva propagada pela Comunidade regrante no decorrer dos eventos e, por outro, o próprio apoio administrativo sobre os territórios que conquistava, além de outros identificados. O mútuo benefício alimentava e intensificava o vínculo entre ambos no processo expansionista, fazendo deste fator o elemento base tanto aos progressos militares empreendidos pelo Infante,

quanto ao aumento patrimonial e de influência experimentada por Santa Cruz de Coimbra no século XII.

Quanto à Igreja romana, sua contribuição viria a partir das confirmações que fazia às concessões afonsinas, assim como dos privilégios eclesiásticos que, em complemento, oferecia ao Mosteiro. Teria sido, ao que parece, no interesse de ver o discurso romano-eclesiástico disseminado no Ocidente peninsular, que a Santa Sé conferira seu apoio à fundação da Comunidade regrante agostiniana, em Coimbra, munindo-a, conseqüentemente, de variados benefícios. Todos buscando garantir, em certa medida, o alinhamento Crúzio aos interesses nutridos por Roma, ainda que sob uma fórmula mais austera, referenciada na vida apostólica.

Em relação às famílias coimbrãs possuidoras de bens, percebemos que a associação de seus patrimônios particulares ao Mosteiro, se por um lado, poderiam encontrar seu sentido em questões mais devocionais, sendo a doação o caminho encontrado para a obtenção do benefício espiritual, por outro, parecia ser uma forma de garantir a manutenção das possessões. Com isso, vincular à Santa Cruz de Coimbra os bens outrora sob posse, agregando-os a uma instituição menos cambiante que a unidade familiar, diminuía a possibilidade de vê-los dilapidados em face de momentos de instabilidades, fundamentalmente as provocadas pelos conflitos militares na Península.

Assim, procuramos reunir as questões que, em nosso entender, melhor dão conta de traçar o período que teria cercado a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o de exercício do priorado de D. Teotônio. Ambos fundamentais para compreender tanto o crescimento dos Regrantes crúzios durante essa primeira fase (1132 – 1162), quanto a reunião capitular que viria a ocorrer em 1162, efeito mesmo da hipertrofia sofrida pela Comunidade agostiniana.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Jorge. Coimbra: a montagem do cenário urbano. Coimbra: [s.n.], 2008.

CONDE, Antonio Linage. Las órdenes religiosas de la plenitud al ocaso del medievo. In: FERNÁNDEZ, Emilio Mitre (coord.). *História del cristianismo II. El mundo Medieval*. Madrid: Trotta, 2011.

COSTA, Avelino de Jesus da. D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In: *SANTA Cruz de Coimbra: do século XI ao século XX (estudos)*. Coimbra: [s.n.], 1984.

ENCARNAÇAM, Joaquim. *Vida do admirável Padre S. Theotónio, Conego Regular, e Primeiro Prior do Real Mosteiro de S. Cruz de Coimbra*: Antigo Prior, e Protector

Prodigioso da Antiquíssima, Ilustríssima, e Real Cidade de Vizeu: Delicias, e Gloria de Portugal, e de toda a Igreja. Coimbra: [s.n.], 1764.

ERDMANN, Carl. O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa. Braga: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1996.

FLETCHER, Richard. *Em busca de El Cid*. São Paulo: UNESP, 2002.

FRIAS, Agostinho Figueiredo. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: perspetivação histórica. In: NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coord.). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

GOUVEIA, Mário de. O essencial sobre a analítica monástica portugalense (séc. XI-XII). *Lusitania Sacra*. Lisboa, n. 25, p.183-226, janeiro-junho 2012.

GOUVEIA, Mário de. O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII). *Medievalista*. Lisboa, n. 8, Jul 2010.

KRUS, Luís. Historiografia Medieval (excertos). In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *História e antologia da literatura portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Maiadouro, 1997.

MARTINS, Armando Alberto. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média. Lisboa: Centro de História da universidade de Lisboa, 2003.

MARTINS, Armando Alberto. Dois bispos portugueses da segunda metade do século XII. In: BARROCA, Mário Jorge. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

MARQUES, Oliveira A. H. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1974.

MARTINS, Armando Alberto. A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa. Disponível em: <http://bibliotecas.cm-porto.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1439595FND273.1158200&profile=bmp&uri=link=3100018~!20559~!3100024~!3100022&aspect=subtab13&menu=search&ri=1&source=~!horizon&term=Martins%2C+Armando+Alberto%2C+1946-&index=AUTHOR>. Acesso em: 22 Nov. 2016.

MATTOSO, José. A nobreza medieval galaico-portuguesa: a identidade e a diferença. In: _____. *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992

MATTOSO, José. *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992.

MATTOSO, José. Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII). In: _____. *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imp. Nacional-Casa da Moeda, 1985.

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. The Coimbra See and its Chancery in Medieval times. *E-journal of Portuguese history*. Porto, v.4, n. 2, p.1-12, 2006.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal. In: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.). *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego (Sécs. XII a XX)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013.

NASCIMENTO, Aires Augusto do. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

NASCIMENTO, Aires Augusto do; MEIRINHOS, José Francisco. *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

PRADALIÉ, M. Gérard. Les faux de la Cathédrale et la crise à Coimbre au début du XIIIe siècle. Disponível em: Acesso em: 21 Ago. 2015.

SANTA Cruz de Coimbra: A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001

VENTURA, Leontina. As Cortes ou a instalação em Coimbra dos fideles de D. Sesnando. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, 4 V. V. 3, p.37-52, 2006b.

VIDA do beatíssimo D. Teotónio, primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. In: NASCIMENTO, Aires A. do (ed.). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

*Recebido em outubro de 2017.
Aprovado em dezembro de 2017.*